Artigo 7.º

Regime de avaliação

1 — A classificação das unidades curriculares será expressa sob a forma de *Aprovado* ou *Reprovado*.

2 — A classificação final do doutoramento em Ciências da Saúde é expressa como *Aprovado com distinção e louvor*, *Aprovado com distinção*, *Aprovado* ou *Reprovado*.

Artigo 8.º

Diploma de frequência

Será atribuído um diploma de estudos pós-graduados pela frequência, com aprovação, da parte curricular do tronco comum do Programa de Doutoramento em Ciências da Saúde (correspondente a 60 ECTS).

Artigo 9.º

Orientadores

A proposta dos investigadores/docentes envolvidos na orientação da dissertação será da responsabilidade do doutorando, ficando sujeita a aprovação pelo conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, sob parecer da comissão científica do Programa que verificará as seguintes condições:

- 1) O orientador e o co-orientador serão investigadores/docentes doutorados, pertencendo pelo menos um deles ao quadro da Faculdade de Medicina;
- 2) O orientador e ou o co-orientador deverão ter colaborações nacionais ou internacionais que permitam o desenvolvimento de parte do projecto em instituições de excelência, valorizando a interdisciplinaridade.

Artigo 10.º

Disposições finais

Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos através das regras constantes do Regulamento de Doutoramentos da Universidade de Coimbra, das regras adoptadas pelo conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e da Lei Geral.

ANEXO I

Estrutura curricular do plano de doutoramento em Ciências da Saúde

1.º ano — tronco comum — os alunos deverão obter 45 ECTS em unidades curriculares frequentadas e ou artigos científicos publicados e 15 ECTS na aceitação do projecto de investigação. É obrigatória a obtenção de créditos em, pelo menos, quatro das seguintes áreas que integram as unidades curriculares:

Bioética;
Bioestatística;
Métodos e Técnicas de Investigação Científica;
Biofísica;
Biologia Celular e Molecular;
Farmacologia;
Anatomo-Fisiologia;
Genética;
Imunologia;
Microbiologia;
Epidemiologia;
Psicologia e Saúde.

Unidades curriculares

1 — Cursos avançados — os alunos serão informados no início de cada ano sobre os cursos disponíveis na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e nas instituições envolvidas no Programa. Os alunos que desejarem frequentar cursos avançados em instituições não directamente envolvidas no programa deverão comunicar a sua intenção à comissão científica de modo a esta definir se haverá lugar a reconhecimento no Programa de Doutoramento em Ciências da Saúde.

A frequência de cada curso avançado resultará na obtenção de unidades de crédito de acordo com os seguintes parâmetros:

- a) Cursos avançados com formação prática (10 ECTS) — o objectivo prioritário destes cursos é o de conceder formação teórica e prática avançada aos alunos e deverão preferencialmente incluir a participação de docentes/investigadores externos às instituições envolvidas no Programa. Regra geral, estes cursos terão a duração de duas semanas;

- b) Cursos avançados teóricos (5 ECTS) — o objectivo prioritário destes cursos é a formação teórica avançada dos alunos e deverão preferencialmente incluir a participação de docentes/investigadores externos às instituições envolvidas no Programa. Regra geral, estes cursos terão a duração de uma semana.

2 — Seminários (20 ECTS) — anualmente será organizado um programa de seminários. No final do programa de seminários cada aluno que frequente o tronco comum deverá apresentar e obter aprovação de um trabalho de revisão crítica sobre um dos temas identificados na lista de seminários, que será avaliado pelo coordenador do programa de seminários (indigitado pela comissão científica do Programa).

3 — Artigos científicos — por cada artigo científico publicado em revistas internacionais indexadas serão atribuídas até um máximo de cinco unidades de crédito, de acordo com o coeficiente de impacto da revista onde foi publicado o artigo científico (normalizado para a área científica; será tomado em consideração o último número disponível no Science Citation Index). O valor calculado de acordo com este princípio geral será multiplicado por dois no caso de o aluno ser o primeiro autor e será multiplicado por um para co-autores.

Projecto de investigação (15 ECTS) — a apresentação do projecto de investigação será feita à comissão científica do Programa, que será responsável pela avaliação cujo resultado será *Apto* ou *Não apto* para prosseguir o Programa de Doutoramento.

2.º, 3.º e 4.º anos do Programa de Doutoramento — os alunos do Programa de Doutoramento em Ciências da Saúde desenvolverão um projecto de investigação científica que resultará na apresentação de uma dissertação de doutoramento nas áreas de Medicina, Medicina Dentária, Ciências Biomédicas, Enfermagem e Tecnologias da Saúde. Durante este período os alunos terão de obter obrigatoriamente 45 ECTS em cursos avançados na respectiva área de especialização.

19 de Dezembro de 2005. — O Reitor, *Fernando Seabra Santos*.

Departamento Académico

Aviso n.º 584/2006 (2.ª série). — Foram designados, por despacho do reitor de 2 do corrente mês de Janeiro, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em Bioquímica, na especialidade de Biofísica Celular, requeridas pela licenciada Liliana Cristina Pereira Montezinho, os seguintes elementos:

Presidente — Presidente do conselho científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (por despacho de subdelegação de competências do vice-reitor da Universidade de Coimbra Prof. Doutor João Carlos de Sousa Marques, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 2 de Dezembro de 2004).

Vogais:

Doutor Arne Mork, investigador no H. Lundbeck A/S, Dinamarca.

Doutor Patrício Manuel Vieira de Araújo Soares da Silva, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Doutora Catarina Isabel Neno Resende de Oliveira, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Doutor Carlos Frederico de Gusmão Campos Geraldês, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria da Conceição Monteiro Pedrosa de Lima, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Carlos Jorge Alves Miranda Bandeira Duarte, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria Margarida Catalão Almiro e Castro, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Carlos José Luzio Vaz*.

Aviso n.º 585/2006 (2.ª série). — Foram designados, por despacho do reitor de 2 do corrente mês de Janeiro, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em Biologia, na especialidade de Ecologia, requeridas pela licenciada Paula Cristina de Oliveira Castro:

Presidente — Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (por

despacho de subdelegação de competências do vice-reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor João Carlos de Sousa Marques, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 282, de 2 de Dezembro de 2004).

Vogais:

Doutora Maria Isabel Violante Caçador, professora associada da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Doutora Maria Helena Abreu Silva, professora auxiliar da Universidade de Aveiro.

Doutor Rui Orlando Pimenta Santos, professor associado com agregação da Faculdade das Ciências do Mar e Ambiente da Universidade do Algarve.

Doutora Helena Maria de Oliveira Freitas, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Gil Silva da Cruz, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutor Jorge Manuel Pataca Leal Canhoto, professor auxiliar com agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Doutora Maria Cristina Penas Nabais dos Santos, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

2 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *Carlos José Luzio Vaz*.

Aviso n.º 586/2006 (2.ª série). — Foram designados, por despacho do reitor de 28 do corrente mês de Dezembro, para fazerem parte do júri das provas de doutoramento em Economia, na especialidade de Planeamento e Economia Regional, requeridas pela licenciada Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira:

Presidente — Presidente do conselho científico da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (por despacho de subdelegação de competências do vice-reitor da Universidade de Coimbra Prof. Doutor António José Avelãs Nunes, publicado

no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160, de 14 de Julho de 2003).

Vogais:

Doutor Manuel Vítor Moreira Martins, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor João Fernandes Rebelo, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutora Maria Cristina Barbot Campos e Matos, professora associada da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Doutor João Alberto de Sousa Andrade, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Doutor Paulino Maria de Freitas Teixeira, professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Doutor José Alberto Soares da Fonseca, professor associado com agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

28 de Dezembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Carlos José Luzio Vaz*.

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Despacho (extracto) n.º 1378/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Dezembro de 2005 do presidente do conselho directivo da FCTUC, no uso da delegação de competências conferida pelo reitor no despacho n.º 2293/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 9 de Novembro de 2004, por força do disposto no n.º 2.1 do despacho de delegação de competências do reitor, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005, procede-se à reclassificação profissional nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro:

Departamento de Arquitectura

Nome	Categoria actual			Nova categoria		
	Designação	Escalaão	Índice	Designação	Escalaão	Índice
Maria da Graça Simões Pimenta Tavares	Auxiliar administrativa	5	170	Auxiliar técnica de laboratório . . .	1	199

O presente despacho produz efeitos em 15 de Dezembro de 2005.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2005. — A Directora de Administração, *Maria José Amaral Sobral*.

Faculdade de Medicina

Aviso n.º 587/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra de 18 de Dezembro de 2005, proferido por delegação de competências (despacho n.º 17 513/2005, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005), se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de assessor principal, área de apoio ao ensino e investigação, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal não docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, previsto na Portaria n.º 750/88, de 19 de Novembro, alterada pela deliberação do senado n.º 65/2000, de 6 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril.

2 — Validade do concurso — é válido para o provimento do lugar posto a concurso, caducando com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho — Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

4 — Remuneração — a correspondente ao índice e escalaão expressos na escala salarial constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

5 — Condições de trabalho e regalias sociais — as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

6 — Conteúdo funcional — funções de investigação, estudo, concepção e adaptação dos métodos e processos científico-técnicos nas áreas de apoio ao ensino e investigação.

7 — Requisitos de admissão a concurso — poderão ser opositores ao presente concurso os funcionários que até ao termo do prazo de apresentação das candidaturas reúnam os seguintes requisitos:

- a) Gerais — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- b) Especiais — os referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Método de selecção — avaliação curricular.

8.1 — Na avaliação curricular serão obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com a exigência da função, os seguintes factores:

- a) Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou sua equiparação, legalmente reconhecida;
- b) Formação profissional, em que serão ponderadas as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso;
- c) Experiência profissional, onde se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, sendo avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração;